

O terceiro fascículo do volume 10 de *Trabalho, Educação e Saúde*, que o leitor tem em mãos, é aberto com o ensaio “Políticas de formação em educação física e saúde coletiva”, de Alex Fraga, Yara Carvalho e Ivan Gomes. Traz um panorama da reflexão e produção de grupos de ensino e pesquisa de três instituições diferentes – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) –, que refletem sobre as singularidades da atuação do profissional de educação física na saúde. A trajetória de cada grupo é revisitada, e o ensaio contribui para elucidar o tema, fundamental neste contexto em que esse profissional, por meio da Estratégia de Saúde da Família, tem se integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS).

A formação de agentes comunitários de saúde em nível técnico é um pleito que ganhou impulso com a publicação dos referenciais curriculares em 2004, mas que enfrenta dificuldades diversas, sobretudo de ordem política. No artigo “Avaliação de curso técnico de agente comunitário de saúde sob a ótica dos egressos”, de Maria Andrade Modesto et al., resultados obtidos pela formação técnica desenvolvida em Palmas, no Tocantins, são postos em evidência. Dentre as várias percepções captadas, o estudo situa a construção de um sentido mais claro sobre o papel do agente comunitário em saúde e faz uma reelaboração da relação saúde-doença, cuidados, promoção e atenção à saúde.

Pensar sobre a formação a partir de dispositivos do cotidiano de ensino e trabalho foi um dos pontos de partida do texto “Contribuições da visita domiciliar na formação em fisioterapia”, de Paulo Medeiros, Hedioneia Pivetta e Margarida Mayer. O cenário é a Estratégia Saúde da Família, o foco, a formação do fisioterapeuta, profissional que não compõe, necessariamente, a equipe, mas que cada vez mais tem se integrado na atenção primária. Os resultados do estudo valorizam a visita domiciliar como uma experiência de ensino-aprendizagem que se contrapõe à formação fragmentada predominante nos cursos de fisioterapia, pois contribui para constituir uma visão integrada e ampliada do processo saúde-doença e cuidado.

No campo da saúde e, sobretudo, da relação saúde-educação, há temas que merecem ser constantemente revisitados, dado o vigor com que suas concepções permeiam nossas práticas. O higienismo é um deles. O artigo “O discurso médico-higienista no Brasil do início do século XX”, de Laerthe de Moraes Junior e Eliane de Carvalho, recupera as teses difundidas na I Conferência Nacional de Educação, ocorrida em 1927 e, com base em Foucault, constrói sua análise. Ao posicionar o higienismo no pensamento social brasileiro do contexto em pauta, o texto provoca o refinamento de nossa compreensão sobre as relações entre a medicina, a educação e a sociedade.

No artigo “Conhecimento sobre saúde bucal por concluintes de pedagogia”, de autoria de Cléa Garbin et al., o papel das instituições de ensino

na promoção à saúde, abordando questões específicas do setor, é o pano de fundo para o diálogo direto com estudantes de pedagogia. Com base na pesquisa de campo, os autores produzem um duplo mapeamento: de conhecimentos sobre saúde bucal e de compreensões sobre o papel de professores na saúde escolar.

Em um contexto que reivindica relações mais democráticas e participativas, como o caso do SUS, o que observamos nas práticas de gestão quando enfocamos o trabalhador de nível médio? Esta é uma indagação permanente entre os pesquisadores da educação profissional em saúde e fio condutor da investigação sobre a qual trata o artigo de Francini Guizardi e Luiza Cunha “Profissionais administrativos na gestão do Sistema Único de Saúde: a divisão social do trabalho”. Mediante a análise de entrevistas, as autoras colocam em questão o lugar de subalternidade no qual são mantidos esses trabalhadores, que, no cotidiano dos serviços, se mantêm isolados das instâncias de poder decisório.

No primeiro texto relacionado a trabalho do assistente social por nós publicado, a educação permanente oferece um eixo para os questionamentos da autora. O artigo “Educação permanente nas situações de trabalho de assistentes sociais”, de Rosa Maria Fernandes, revela resultados de uma pesquisa baseada em narrativas dos próprios profissionais. A análise afirma os espaços sócio-ocupacionais como lócus de produção de conhecimentos e de educação, explicitando a relevância da dimensão ética e política na experiência de formação em saúde.

A saúde do trabalhador é uma das áreas da saúde pública que mais produz estudos e indicativos concretos para o setor. Na *Trabalho, Educação e Saúde*, contempla-se na política editorial a publicação de estudos que versem sobre o trabalhador da saúde ou da educação. É esse o caso da pesquisa que originou o artigo “Saúde mental de cuidadores de abrigos para adolescentes com transtornos psiquiátricos ou neurológicos”, de Mayara Muniz Bastos Moraes et al. Ao dirigir sua atenção aos cuidadores que, nas unidades municipais de acolhimento, lidam com adolescentes portadores de transtornos psíquicos e neurológicos, os autores entram em um território de pouca visibilidade: o potencial sofrimento psíquico desses profissionais. No contexto em que vários fatores contribuem para confirmar esse sofrimento, emergem sobrecarga de trabalho, limitações para responder às demandas que lhe são direcionadas e condições ambientais desfavoráveis ao desenvolvimento do trabalho.

A educação, como atividade intencional, seleciona e constrói conhecimentos e valores. A área da saúde, por sua vez, redefine de modo recorrente valores que, potencialmente, aproximam o trabalho em saúde dos princípios e práticas que norteiam a atenção, em cada contexto social. O artigo “Valores na educação em saúde e a formação profissional”, de Amâncio Carvalho,

Graça Carvalho e Vítor Rodrigues, propõe interrogações que afloram no campo da promoção e da educação em saúde e se apresentam como tema para a formação profissional. Responsabilidade, respeito, solidariedade, participação, autonomia, equidade e cooperação são postos em análise na investigação, que se baseia em resultados de um inquérito com alunos de sete cursos da saúde.

Regulamentado em 2010, o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde é um celeiro de experiências voltadas para a articulação entre serviços e formação que tem sido frequentemente abordado na seção Relato. “A importância do PET-Saúde para a formação acadêmica do enfermeiro”, de Fátima Moraes et al., reflete sobre a operacionalização desse programa no Rio Grande do Norte.

Na seção Entrevista, Virgínia Fontes e Marcela Pronko travam um diálogo com François Chesnais. A crise contemporânea do capitalismo no contexto da economia financeirizada é o pano de fundo para o economista francês tratar, entre outros temas, do papel dos Estados nacionais e das políticas sociais.

Duas resenhas encerram este número. A obra *Filosofia da práxis e didática da educação profissional*, de Ronaldo M. de Lima Araujo e Doriedson S. Rodrigues (Orgs.), da Autores Associados, resenhada por Manoel José Porto Júnior, e o livro *Corpo em evidência: a ciência e a redefinição do humano*, de Francisco Ortega e Rafaela Zorzanelli, da Civilização Brasileira, resenhado por Jonathan Henriques do Amaral.

*Angélica Ferreira Fonseca*

*Carla Macedo Martins*

*Marcela Alejandra Pronko*